



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

### SENTENÇA

Processo Digital nº: **1007456-42.2017.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Prestação de Serviços**  
 Requerente: **Transportadora Turística Suzano Ltda - Suzantur e outro**  
 Requerido: **Rmc Transportes Coletivos Ltda e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Transportadora Turística Suzano Ltda e Bus Fácil Tecnologia e Serviços Ltda (incluída no pólo ativo às fls. 259/260) movem ação de cobrança contra Município de São Carlos e RMC Transportes Coletivos Ltda. A RMC era a concessionária do transporte público municipal em São Carlos. Por sentença judicial o contrato de concessão foi rescindido, determinando-se que num determinado prazo se contratasse nova concessão, após concorrência pública. Surgiu então a necessidade de a Administração Pública, no período entre o encerramento da prestação do serviço pela RMC e o início dessa prestação pela empresa a ser contratada por concorrência pública, contratar uma outra empresa, em caráter emergencial, a fim de garantir a continuidade do serviço público. A autora Suzano foi a empresa contratada emergencialmente, pelo contrato nº 99/2016. Iniciou a prestação do serviço em 10.08.2016. Houve problema, porém, relativo aos créditos de transporte já emitidos, no período em que a concessão estava sob execução da RMC, créditos corporificados em cartões emitidos pela RMC, cartões BIS-ATHENAS. Sobre essa questão, a Cláusula 2.1.6 do contrato nº 99/2016 previu a responsabilidade da Suzano pelos créditos já emitidos, pelo prazo de 60 dias, contados da celebração do contrato. A Cláusula 2.2, por sua vez,



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

atribuiu à municipalidade a obrigação de "promover condições para integração da bilhetagem eletrônica a ser implantada com a bilhetagem em uso". Todavia, descobriu-se depois que o sistema informatizado de bilhetagem era mantido pela RMC, e não pela administração pública. Em razão disso, a Suzano teve de mover ação judicial e, no bojo do referido processo, foi celebrado acordo pelo qual, entre outras cláusulas, convencionou-se (a) o pagamento de alta soma, pela Suzano à RMC, a título de aluguel, por 60 dias, a partir de 30.08.2016 – recebimento do primeiro lote de 10 unidades -, com entrega gradativa, de validadores dos cartões da RMC em poder dos usuários e com créditos já emitidos (b) a instalação, pela Suzano, de um ponto de troca de cartões, no qual os usuários puderam, a partir de 21/09/2016, migrar seus créditos dos cartões BIS-ATHENAS para créditos dos cartões BUSFÁCIL, emitidos e administrados pela coautora Bus Fácil (c) aceitação, pela Suzano (usando os validadores que alugou da RMC), de cartões BIS-ATHENAS, até 07.11.2016. A Suzano e a Bus Fácil amargaram inúmeros prejuízos com esses acontecimentos. Esta ação objetiva a indenização por aqueles prejuízos equivalentes aos créditos migrados de cartões BIS-ATHENAS para cartões BUSFÁCIL. Esses créditos somam R\$ 1.062.093,00, conforme planilha de fls. 127/239. A RMC responde perante as autoras, porque recebeu esses valores dos usuários, e não prestou o serviço correspondente, deles se apropriando, inclusive sem abrir, durante toda a prestação do transporte público, a conta arrecadação prevista na Cláusula 38 do contrato de concessão. O Município de São Carlos responde perante as autoras, porque não fiscalizou o cumprimento do contrato de concessão pela RMC, não exigindo a abertura da conta arrecadação nem a prestação periódica de contas. Sob tais fundamentos, pedem a condenação solidária dos réus ao pagamento de R\$ 1.062.093,00, com os encargos legais.

Contestação oferecida pela RMC, fls. 290/291. O contrato nº 99/2016 é ilegal, não possuindo o condão de gerar efeitos contra a ré. O contrato de concessão, por sua vez, estava encerrado quando da contratação emergencial, logo a ausência da conta arrecadação não gera qualquer direito à Suzano. Eventual prejuízo poderia ser cobrado pela municipalidade ou pelos



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

usuários, mas certamente não pelas autoras. Impugna o valor exigido na inicial, porquanto "carente de prova idônea e hábil". Pede a improcedência e, ainda, a AJG.

Contestação apresentada pelo Município, às fls. 408/427. Há o óbice da coisa julgada material, pois a Suzano, em outro processo, comprometeu-se a transportar os usuários que portarem o cartão da RMC, gratuitamente, enquanto não for possível a leitura de débito dos cartões nos próprios ônibus, sem limitação de data. O autor Claudinei Brogliato é parte ilegítima para figurar no pólo ativo da relação processual. O Município é parte ilegítima para figurar no pólo passivo. A inicial é inepta. No mérito, a Suzano se responsabilizou pelos créditos de transporte emitidos, já adquiridos pelos usuários, pelo prazo de 60 dias. Posteriormente responsabilizou-se novamente por prazo maior. Trata-se de obrigação voluntariamente assumida. Se não bastasse, a municipalidade não tem responsabilidade pelos fatos. Quanto à conta arrecadação, não existia contrato vigente por ocasião do encerramento da prestação de serviços pela RMC. Logo, não existia a obrigação de a Prefeitura Municipal exigir a conta arrecadação. A RMC deve mesmo responder por valores que recebeu e cujos créditos foram posteriormente migrados para o cartão BUSFÁCIL. Mas o Município de São Carlos não tem qualquer responsabilidade. Pede a realização de perícia, no que toca à quantificação dos danos, e a improcedência.

As autoras ofereceram réplica, fls. 436/457, complementada às fls. 471/469.

Sobre documentos juntados pelas autoras manifestaram-se os réus, fls. 481 e 482/483.

É o relatório. Decido.

Julgo o pedido na forma do art. 355, I do CPC, uma vez que não há necessidade de produção de outras provas.

Sobre o julgamento antecipado, indefiro a prova pericial requerida pelo Município de São Carlos, neste momento procedimental.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Com efeito, sobre a perícia, cabe lembrar que estes autos cuidam de ação em que as autoras pedem a condenação dos réus ao pagamento do montante correspondente aos créditos dos usuários do serviço de transporte público municipal, que foram migrados do cartão BIS-ATHENAS (da ré RMC) para BUSFÁCIL (da autora Suzano).

Incontroverso que efetivamente muitos créditos foram migrados, com fundamento em em cláusula estabelecida em acordo celebrado em outro processo, fls. 119/120, Item 6, sendo indubitoso que efetivamente a transferência ocorreu, como reconhecido por todo que participam deste feitos, inclusive oficialmente pela prefeitura municipal, às fls. 433 e 485.

Nesse sentido, não há necessidade de perícia para a prova desse fato.

A controvérsia fática a exigir perícia diz respeito, no caso de procedência integral, apenas ao valor total migrado, o que de fato depende de apuração contábil, que teria por objetivo aferir a correção dos cálculos contidos na planilha de fls. 127/239, à luz dos termos de autorização de transferência e documentos digitalizados que os intruem, depositados em cartório conforme fl. 258.

Todavia, essa apuração pode e deve ser feita em eventual liquidação de sentença.

Ora, uma singela verificação da planilha acima relatada, e do volume de documentos digitalizados, mostra que a atividade contábil certamente será demorada ou excessivamente dispendiosa, razão pela qual, nos termos do art. 491, II do Código de Processo Civil, é de rigor realizá-la apenas após definitivamente afirmada a responsabilidade de um ou outro réu pelo pagamento.

**Sem contar ainda a possibilidade de, dependendo do julgamento final – vg. o que será efetivamente realizado por este juízo -, a perícia ter de conter outros aspectos além dos acima.**

Prosseguindo, julgo prejudicada a preliminar de ilegitimidade ativa de Claudinei Brogliato, suscitada pelo Município de São Carlos, pelo simples fato de que ele não integra o pólo



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

ativo da ação, por mais que a petição inicial dê, momentaneamente, a impressão contrária. Tanto não integra que não é mencionado na causa de pedir ou no pedido, assim como não foi cadastrado pela promovente da demanda, no SAJ.

Em continuação, rejeito a preliminar de ilegitimidade passiva deduzida pelo Município de São Carlos, vez que se confunde com o mérito. Se a municipalidade responder perante as autoras, o caso é de procedência; se não responder, é de improcedência.

Também rejeito a preliminar de inépcia da inicial, articulada pelo ente público. Os requisitos do art. 319 c/c art. 330, § 1º do CPC, restam atendidos; ademais, eventual irregularidade, no caso concreto, não trouxe prejuízo aos réus, cujo direito de defesa pode e foi plenamente exercido, não se devendo decretar qualquer nulidade (art. 277 c/c art. 282, § 1º c/c art. 283, § único do CPC).

Finalmente, ainda em sede de preliminares, rejeito a alegação de coisa julgada material, afirmada pela municipalidade, porquanto no presente caso não há a pretensão de se atacar a sentença homologatória (o que somente se poderia efetivar por intermédio de ação rescisória, realmente, ante a coisa julgada material), mas sim de se discutir a (in)existência de direito subjetivo das autoras de serem indenizadas pelos créditos transferidos para o BUSFÁCIL mas cujos pagamentos foram feitos, pelos usuários, à RMC e não a qualquer das autoras.

Chega-se à análise do mérito para o julgamento de procedência parcial.

O transporte municipal de passageiros é direito social (art. 6º, CF) e serviço público, que deve ser explorado, diretamente ou mediante concessão ou permissão, pelos Municípios; serviço indicado ainda expressamente, na Constituição Federal, como de "caráter essencial" (art. 30, V, CF) e cuja continuidade na prestação é garantia dos usuários (art. 22, CDC).

Com a concessão do serviço "o poder concedente só transfere ao concessionário a execução do serviço, continuando titular do mesmo" (DI PIETRO, Maria Sylvia. Direito Administrativo. 20ª Ed. Atlas. São Paulo: 2007. pp. 274). A execução se dá por delegação à



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

concessionária, e esta presta o serviço "por sua conta e risco", nos termos da Lei nº 8.987/95, art. 2º, II.

Em São Carlos, a concessão do serviço de transporte de passageiros havia sido contratada em 2004 com a RMC, por meio do contrato administrativo nº 14/04, de fls. 26/56, com vigência de 10 anos, prorrogável por mais 10 desde que obedecidas certas condições.

Todavia, em razão de a RMC descumprir inúmeras obrigações contratuais, o Ministério Público, em 2014, moveu ação civil pública, conforme fls. 57/75, pedindo a não renovação do contrato.

E, de fato, a sentença proferida naquela ação coletiva, reconhecendo o descumprimento de obrigações contratuais pela RMC, assim como a prestação do transporte público de modo precário, impediu a renovação da concessão, consoante fls. 76/85.

Ante a gravidade da situação, a sentença, em antecipação de tutela, determinou ao Município que, no prazo de 04 meses, concluisse concorrência pública para a concessão do transporte a nova empresa.

Em seguida, naquele mesmo processo, as partes se compuseram, constando no acordo que o Município de São Carlos, por iniciativa própria, deliberou antecipar o encerramento da prestação de serviços pela RMC e contratar outra empresa, com dispensa de licitação, em caráter emergencial, para prestar o serviço público até a adjudicação do contrato após a concorrência pública. Confiram-se fls. 86/90.

A empresa contratada foi a autora Suzano, por intermédio do contrato nº 99/2016, copiado às fls. 108/111, de maneira que, independentemente do caráter emergencial da contratação, deve-se reconhecer esse fato de que a Suzano sucedeu a RMC na prestação do serviço público.

O contrato nº 99/2016, na Cláusula 2.1.6, estabelece que a Suzano "se responsabilizará pelos créditos de transporte emitidos, já adquiridos pelos usuários, pelo



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**prazo de 60 dias a contar da data da assinatura do instrumento contratual".**

O significado e o alcance dessa "responsabilidade" é central para o julgamento.

Ao contrário do que poderia parecer a leitor apressado, não constitui objetivo dessa cláusula tratar da questão financeira relativa à destinação dos valores já desembolsados pelos usuários com a aquisição de créditos, perante a RMC.

Sobre essa destinação, a tarifa paga pelo usuário com a aquisição do crédito é a contrapartida devida pelo serviço, ainda que futuro, de transporte, e não a contrapartida pela singela venda do crédito. Não é porque a RMC vendeu o crédito que ela deve ficar com a respectiva receita. Trata-se de uma venda antecipada, pertinente a um serviço de transporte futuro.

O crédito foi adquirido, pelo usuário, da RMC, mas se houve a sucessão do transporte público pela Suzano e se esta é que efetivamente transportou usuário, não há dúvida de que o preço recebido pela RMC deveria, por obrigação jurídica, ser repassado à Suzano.

Sob pena de enriquecimento sem causa da RMC, às custas da Suzano, por receber um pagamento pertinente a serviço desempenhado por esta última.

Esse raciocínio, além de intuitivo, está por trás de cláusula expressa do contrato de concessão celebrado entre a Prefeitura Municipal e a RMC, em 2004.

Com efeito, dispunha a Cláusula 38 desse contrato, fl. 40:

"O saldo decorrente da diferença entre o valor da venda antecipada de créditos de viagens através de meios de pagamento aos usuários e os valores correspondentes ao consumo de viagens, assim entendida a validação dos créditos nos veículos, constitui-se receita remanescente do Sistema de Transporte Coletivo de São Carlos e deverá ser mantida em conta corrente específica pela Concessionária, doravante denominada Conta Arrecadação.

**Parágrafo 1º. Finda a Concessão, o valor equivalente ao saldo da**





**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**Conta Arrecadação deverá ser transferido para a Prefeitura Municipal de São Carlos ou para a futura concessionária sucessora para cobertura do serviço de transporte já comercializado, na forma de meios de pagamento em circulação junto aos usuários."**

Trata-se de regra que confirma a obrigação prevista na Cláusula 35, "e", fl. 38: "A Concessionária [RMC] compromete-se a: ... e) **manter em conta corrente os valores provenientes da venda dos meios de pagamento aos usuários e os saldos após deduzido o valor correspondente ao repasse decorrente do uso verificado na prestação do serviço.** "

A regra acima é de compreensão fácil: por intermédio da Conta Arrecadação, garante-se que os ativos recebidos com a aquisição de créditos adquiridos e não utilizados sejam transferidos para quem vier a prestar o serviço de transporte na sequência (Prefeitura Municipal ou futura concessionária), ou seja, por aquele que vier a adimplir a prestação contratual perante o usuário.

Percebe-se que esse Saldo Remanescente, em realidade, constitui verdadeiro bem reversível da concessão, nos termos dos arts. 35, § 1º da Lei nº 8.987/95, aliás diretamente relacionado à própria prestação do serviço público: é a contraprestação, paga antecipadamente pelo usuário, ao serviço de transporte.

Tudo isso levado em conta, vem à lume que não era objetivo da Cláusula 2.1.6 do contrato celebrado com a Suzano disciplinar o destino dos valores que a RMC recebeu com a venda desses créditos.

Esse destino já era evidente, seja pela lógica sinalagmática segundo a qual quem presta o serviço deve receber o preço, seja pela previsão expressa da Cláusula 38 do contrato de concessão. A RMC tinha a obrigação de repassar esses valores a quem continuasse a prestação do serviço.

Questiona-se, então, a intenção dessa cláusula, se não a anteriormente descartada.





**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

O que nos resulta bastante sólido é que ali se pretendeu, em realidade, de um lado, tão somente confirmar o direito dos usuários de utilizarem seus créditos do BIS-ATHENAS, perante a Suzano; de outro, com uma faceta um tanto restritiva e perversa aos usuários, restringir – e nos parece que abusivamente, em detrimento do direito destes - essa possibilidade de uso a 60 dias.

Tudo isso assentado, procede em parte a ação.

A autora Suzano assumiu a prestação do serviço público de transporte municipal e, como tal, tinha direito de receber o Saldo Remanescente que deveria restar na Conta Arrecadação, pelo simples fato de que tem direito à contrapartida (= tarifa) desembolsada pelos usuários aos quais ela de fato prestou esse serviço com a utilização, pelo usuário, de crédito originado da migração do cartão BIS-ATHENAS para BUSFÁCIL.

Vejamos a responsabilidade de cada réu.

A responsabilidade da RMC é direta e principal, pois, executando o serviço delegado por sua conta e risco, nos termos da Lei nº 8.987/95, tinha a obrigação de manter a Conta Arrecadação, nos termos da Cláusula 38 do Contrato de Concessão. Se a tivesse mantido, o direito da Suzano seria exercido pela simples transferência dos ativos, da Conta de Arrecadação, para a Suzano (*por coerência, a Suzano também teria de manter uma Conta Arrecadação nos mesmos moldes, para posteriormente transferi-los a quem fosse contratado pela concorrência pública*).

Todavia, está comprovado nos autos – confira-se fls. 121/126 -, além de incontroverso, que a Conta Arrecadação jamais foi aberta pela empresa concessionária, RMC; houve a apropriação de valores que não estavam em sua livre disponibilidade, porque ela tinha a obrigação de mantê-los em conta corrente, somente levantando os valores correspondentes aos créditos efetivamente utilizados pelos usuários (Cláusula 35, "e", fl. 38, já mencionada). Com isso, está caracterizado o inadimplemento e ato ilícito por parte da RMC que causou dano à Suzano, devendo indenizá-la.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Há, ainda, responsabilidade subsidiária do Município de São Carlos.

Segundo o Superior Tribunal de Justiça, "**há responsabilidade subsidiária do Poder Concedente, em situações em que o concessionário/permissionário não possuir meios de arcar com a indenização pelos prejuízos a que deu causa**" (AgRg no AREsp 267.292/ES, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, 4ªT, j. 15/10/2013). No mesmo sentido: REsp 1135927/MG, Rel. Min. CASTRO MEIRA, 2ªT, j. 10/08/2010.

No caso em tela, essa responsabilidade se confirma pela negligência por parte da Administração Pública, ao não exigir o cumprimento do contrato pela concessionária, deixando de exigir a abertura da Conta Arrecadação e a manutenção, nela, do Saldo Remanescente correspondente aos créditos adquiridos pelos usuários, e ainda não utilizados. Essa omissão, que perdurou por significativos 12 anos de concessão, certamente constitui ato culposos, ilícito, que atrai a responsabilidade do Poder Público.

A regra contratual protetiva que se voltava justamente à garantir o repasse das tarifas já pagas, pela concessionária RMC à sua sucessora, restou prejudicada, ante a ausência de qualquer fiscalização quanto ao seu cumprimento, pelo Poder Concedente.

O fato de o contrato de concessão estar vencido quando houve o encerramento dos serviços pela RMC é totalmente irrelevante. Não pode a RMC alegar que sua prestação de serviços, a partir de encerrado o prazo, estava imune a qualquer regra jurídica. Ou o Município aduzir que não tinha qualquer dever de fiscalização. Evidente que, para o período de prestação precária, devem ser aplicadas as mesmas regras do contrato com prazo encerrado.

Noutro giro, o presente caso exige a delimitação exata da extensão dos prejuízos experimentados pela Suzano, cuja indenização é aqui objetivada.

Como exposto acima, o ideal seria, com o encerramento da concessão, que os ativos mantidos em Conta Arrecadação fossem transferidos à Suzano a fim de que esta também os depositasse em Conta Arrecadação a seu encargo, submetendo-se às mesmas regras de uso desses



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

ativos.

Todavia, a contratação emergencial não previu a abertura de Conta Arrecadação pela Suzano. Além disso, a contratação da Suzano se deu em caráter emergencial, por alguns meses apenas. A perspectiva é de encerramento, em breve, de suas atividades, inclusive por força da obrigação, imposta por decisão judicial ao Município de São Carlos, a fim de que seja aberta concorrência pública para a contratação de nova concessão.

Nesse sentido, não há respaldo bastante para que o equivalente a todos créditos transferidos do cartão BIS-ATHENAS para o cartão BUSFÁCIL seja pago pelos réus. É que se mostra plausível, e provável até, que uma parcela dos créditos transferidos a cartões BUSFÁCIL não venham a ser utilizados pelos usuários, e tenham de ser posteriormente transferidos à empresa que vencer a concorrência pública, adjudicando o serviço público.

Sendo assim, a indenização devida à autora Suzano será limitada aos créditos migrados de um cartão para outro e efetivamente utilizados pelos usuários, pelo recebimento efetivo do serviço de transporte.

Cabe dizer ainda que nenhuma das conclusões acima resta infirmada pelo que foi convencionado em audiência copiada às fls. 119/120, em ação cautelar movida pela Suzano contra o Município e a RMC. Esse acordo não repercute sobre o direito ora em discussão, apesar de ter sido muito mencionado pelas partes em suas manifestações.

De fato, segundo se vê nos autos, a Cláusula 2.2 do contrato nº 99/2016 previu a obrigação do Município de São Carlos de "promover condições para integração da bilhetagem eletrônica a ser implantada com a bilhetagem em uso no Município", pois sem a referida integração, os equipamentos dos ônibus da Suzano não tinham como "ler" os cartões da BIS-ATHENAS, prejudicando o cumprimento da Cláusula 2.1.6.

E essa integração, apesar de a Cláusula 2.2 o sugerir o contrário, não dependia apenas do Município e da Suzano, mas também e principalmente da RMC, ante a diferença



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

tecnológica para com o sistema da Suzano (fl. 433).

Com isso, a Suzano teve de mover ação judicial contra a RMC e a Municipalidade, em cujo bojo foi celebrado o acordo copiado às fls. 119/120, celebrado em audiência, onde se vê que a Suzano pagou R\$ 150.000,00 à RMC para esta, gradativamente, a partir de um primeiro lote em 30.08.2016, alugar à Suzano, por 60 dias, validadores que pudessem "ler" os cartões BIS-ATHENAS.

O contido acima viabilizava, pois, o cumprimento da Cláusula 2.1.6.

Entretanto, o acordo foi além e estabeleceu, ainda, o seguinte, no Item 6: "a autora [Suzano] se compromete a instalar um ponto de troca de cartões que esteja apto a efetuar a troca de crédito dos cartões da RMC para a Suzano, ficando a requerida autorizada a instalar um leitor de cartões para aferir o saldo transferido de cada cartão. A requerida poderá, também, destacar funcionário para acompanhar as atividades que serão realizadas no local, o que também poderá ser feito pela prefeitura. Esse ponto de troca funcionará na Av. São Carlos, nº 1.781 (esquina com a Rua Conde do Pinhal), com horário de funcionamento de segunda a sexta das oito às vinte e duas horas e aos sábados das oito às dezessete horas."

Essa nova estipulação, na prática, extrapolou o que previa o contrato original na Cláusula 2.1.6, vez que esta (injustamente: em detrimento dos direitos dos usuários, que quando compraram o crédito não tinham essa limitação de uso) obrigava a Suzano a aceitar os cartões BIS-ATHENAS apenas por 60 dias, e o Item 6 - certamente exigido no interesse da coletividade - acabou por obrigá-la a aceitar a migração ilimitada de créditos do cartão BIS-ATHENAS para BUSFÁCIL. Ora, uma vez migrado o crédito de um cartão para outro, o usuário pode utilizá-lo muito tempo após os 60 dias.

Ocorre que essa transação - com a vênias a entendimento contrário - não afeta o direito da Suzano ora reconhecido. Como já dito, essa questão relativa ao uso dos cartões BIS-ATHENAS diretamente no ônibus da Suzano, ou, agora, à migração de um cartão para outro, tem



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

por objetivo tão somente implementar um direito dos usuários do serviço, sem repercutir sobre o essencial para o julgamento da lide. Lembramos que o Ministério Público e a Defensoria Pública, no interesse dos usuários, estavam presentes na audiência.

O fundamental para a celeuma ora em análise é o direito que a Suzano tem de receber a contraprestação devida pelo serviço de transporte dos usuários, mesmo que o pagamento tenha se dado antecipadamente à RMC, recebimento que deveria vir a partir da transferência de ativos existentes na Conta Arrecadação que, porém, por responsabilidade principal da RMC e subsidiária do Município, nunca foi aberta.

E ressalte-se que, ao contrário do sugerido pela RMC, a eventual ilegalidade e imoralidade da contratação da Suzano não gera qualquer efeito sobre o direito ora reconhecido, fundado na prestação do serviço de transporte aos usuários.

Por fim, noto que o direito em questão é de titularidade da Suzano, que é a prestadora do serviço de transporte, com direito ao recebimento da tarifa, não a coautora Bus Fácil, simplesmente responsável pela administração do sistema, prestando serviço auxiliar à Suzano (fl. 264).

Ante o exposto, **julgo parcialmente procedente a ação** para condenar **originariamente** a RMC Transportes Coletivos Ltda e **subsidiariamente** o Município de São Carlos ao pagamento, em favor da autora Transportadora Turística Suzano Ltda, do montante correspondente aos **créditos migrados do cartão BIS-ATHENAS para o cartão BUSFÁCIL** e que **efetivamente foram ou venham a ser utilizados pelos usuários de serviço**, para o "pagamento" de transportes realizados pela autora Transportadora Turística Suzano Ltda.

**O montante será apurado em liquidação de sentença, após o trânsito em julgado.**

A perícia se dará em duas etapas (1ª) Aferir a correção dos cálculos contidos na planilha de fls. 127/239, à luz dos termos de autorização de transferência e documentos digitalizados que os intruem, depositados em cartório conforme fl. 258. Apura-se assim o total



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

migrado de um sistema para outro. (2ª) Aferir, desse total de créditos migrados, apurados na 1ª Etapa, quantos foram efetivamente utilizados pelos usuários do serviço, com o cartão BUSFÁCIL (só créditos oriundos da migração a partir do cartão BIS-ATHENAS, repita-se). Esse é o valor devido, com atualização monetária desde a propositura da ação, e juros moratórios desde a citação do réu respectivo.

A distribuição das verbas sucumbenciais e honorários advocatícios dar-se-á por ocasião da liquidação da sentença.

Por fim, ante a condição financeira atual da ré RMC, comprovada às fls. 350/407, defiro-lhe a AJG. Anote-se.

P.I.

São Carlos, 17 de janeiro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**